

ANEXO I

Programa de provas de conhecimentos gerais para ingresso na carreira do grupo de pessoal técnico superior

- 1 — Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social:
- 1.1 — Natureza e atribuições;
 - 1.2 — Serviços de administração directa do Estado: estrutura orgânica e competências.
- 2 — Lei de Bases da Segurança Social:
- 2.1 — Princípios fundamentais;
 - 2.2 — Organização e financiamento.

ANEXO II

Programa de provas de conhecimentos específicos para ingresso na carreira do grupo de pessoal técnico superior — Infância e juventude.

Intervenção da acção social na óptica do apoio à família para conciliação da vida familiar com a vida profissional e na protecção especial a grupos mais vulneráveis, designadamente crianças e jovens em risco.

ANEXO III

Legislação aconselhada

- Lei n.º 5/2005, de 5 de Janeiro.
Código do Procedimento Administrativo.
Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro.
Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.
Despacho Normativo n.º 99/89, de 11 de Setembro.
Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio
Despacho Normativo n.º 96/89, de 11 de Setembro.
Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro.
Despacho Normativo n.º 75/92, de 23 de Abril.

Inspecção-Geral do Trabalho

Aviso n.º 1630/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do inspector-geral do Trabalho de 19 de Janeiro de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de subdelegado da Figueira da Foz do quadro de pessoal do ex-IDICT.

2 — Área de actuação — a referida no artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

3 — Requisitos legais de provimento — podem candidatar-se funcionários públicos que possuam:

Licenciatura;

Quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.

4 — Perfil do candidato — funcionários dotados de experiência no âmbito da administração do trabalho, competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo para a prossecução das competências constantes no artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — Métodos de selecção — cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido ao inspector-geral do Trabalho, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
- b) Fotocópia de bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- d) Declaração actualizada emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
- e) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

7 — Os eventuais candidatos que exerçam funções na Inspecção-Geral do Trabalho estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior.

8 — As candidaturas poderão ser entregues em mão na Inspecção-Geral do Trabalho, sita na Praça de Alvalade, 1, 1749-073 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, ou remetidas pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para aquela morada, desde que expedida até ao termo do referido prazo.

9 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Ângela Neto, subinspectora-geral do Trabalho.

Vogais:

Prof. Doutor José João Abrantes, presidente do conselho científico da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Dr.ª Maria de Lourdes Pisco, directora de serviços da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

19 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Aviso n.º 1631/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do inspector-geral do Trabalho de 19 de Janeiro de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de delegado de Almada do quadro de pessoal do ex-IDICT.

2 — Área de actuação — a referida no artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

3 — Requisitos legais de provimento — podem candidatar-se funcionários públicos que possuam:

Licenciatura;

Seis anos de experiência profissional em carreiras para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.

4 — Perfil do candidato — funcionários dotados de experiência no âmbito da administração do trabalho, competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo para a prossecução das competências constantes no artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — Métodos de selecção — cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido ao inspector-geral do Trabalho, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
- b) Fotocópia de bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- d) Declaração actualizada emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
- e) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

7 — Os eventuais candidatos que exerçam funções na Inspecção-Geral do Trabalho estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior.

8 — As candidaturas poderão ser entregues em mão na Inspecção-Geral do Trabalho, sita na Praça de Alvalade, 1, 1749-073 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, ou remetidas pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para aquela morada, desde que expedida até ao termo do referido prazo.

9 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Ângela Neto, subinspectora-geral do Trabalho.

Vogais:

Prof. Doutor José João Abrantes, presidente do conselho científico da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Dr.ª Maria de Lourdes Pisco, directora de serviços da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

19 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Aviso n.º 1632/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho do inspector-geral do Trabalho de 19 de Janeiro de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na bolsa de emprego público, procedimento concursal de selecção para provimento no cargo de subdelegado de Tomar do quadro de pessoal do ex-IDICT.

2 — Área de actuação — a referida no artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

3 — Requisitos legais de provimento — podem candidatar-se funcionários públicos que possuam licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo exercício seja exigível uma licenciatura.

4 — Perfil do candidato — funcionários dotados de experiência no âmbito da administração do trabalho e competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo para a prossecução das competências constantes do artigo 22.º, n.ºs 1, 3, 4 e 5, do Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — Métodos de selecção — cumulativamente, avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao inspector-geral do Trabalho, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes e, bem assim, da formação profissional detida;
- b) Fotocópia de bilhete de identidade;
- c) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- d) Declaração actualizada, emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
- e) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

7 — Os eventuais candidatos que exerçam funções na Inspecção-Geral do Trabalho estão dispensados da entrega dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior

8 — As candidaturas poderão ser entregues em mão na Inspecção-Geral do Trabalho, sita na Praça de Alvalade, 1, 1749-073 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, ou remetidas pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, para aquela morada, desde que expedida até ao termo do referido prazo.

9 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Ângela Neto, subinspectora-geral do Trabalho.

Vogais:

Prof. Doutor José João Abrantes, presidente do conselho científico da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Dr.ª Maria de Lourdes Pisco, directora de serviços da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

19 de Janeiro de 2006. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu

Despacho n.º 3232/2006 (2.ª série). — *Delegação/subdelegação de poderes.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e do despacho n.º 481/2006 (2.ª série), de 9 de Janeiro, do director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, delego/subdelego:

1 — Nos chefes de equipa de Inscrição e Enquadramento de Beneficiários, Inscrição e Enquadramento de Contribuintes, Gestão de Remunerações 1, Gestão de Remunerações 2, Trabalhadores Independentes, Incentivos ao Emprego/Órgãos Estatutários, Hermínio

Esteves Moreira, Gertrudes Manuela Rodrigues Correia Tavares Costa, Maria Arlete Pendilhe Seixas Pimenta Correia, Maria Emília Dias Delgado Xavier, Maria Lisete Henriques Francisco Albuquerque Correia e Miguel Matos Pais, respectivamente, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar/decidir no âmbito da respectiva equipa:

1.1.1 — Pedidos de justificação de faltas;

1.1.2 — Plano de férias e respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;

1.1.3 — Férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respectivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

1.1.4 — Concessão do período complementar de cinco dias de férias;

1.1.5 — Deslocações em serviço e pagamento de ajudas de custo, bem como reembolsos de despesas de transportes públicos a que haja lugar;

1.1.6 — Processos relativos a licença especial para assistência a familiares, nos termos legais;

1.1.7 — Processos relacionados com dispensa para amamentação e tratamento ambulatorio, bem como as dispensas para consultas médicas e exames complementares de diagnóstico;

1.1.8 — Processos de abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

1.1.9 — Assinar a correspondência de rotina sobre assuntos da sua área de competência, com excepção da que for dirigida aos gabinetes dos ministérios, às secretarias de Estado, às direcções-gerais, aos institutos públicos, aos governos civis, às câmaras municipais e aos tribunais.

2 — No chefe de equipa de Inscrição e Enquadramento de Beneficiários, Hermínio Esteves Moreira, competências ainda para:

2.1 — Passagem de certidões ou declarações respeitantes a não beneficiários;

2.2 — Processos de anulação ou dispensa de inscrição e ou anulação de períodos contributivos;

2.3 — Inscrição, enquadramento e qualificação de beneficiários;

2.4 — Aplicação da Portaria n.º 311/2005, de 23 de Março;

2.5 — Validação dos períodos de prestação do serviço militar;

2.6 — Proceder à transferência de beneficiários.

3 — Na chefe de equipa de Inscrição e Enquadramento de Contribuintes, Gertrudes Manuela Rodrigues Correia Tavares Costa, competências, ainda, para:

3.1 — Deferir, indeferir, decidir sobre:

3.1.1 — Inscrição e articulações de pessoas colectivas no IDQ, atendimento ao público no centro de formalidades;

3.2 — Aplicação da Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro, candidaturas de incentivos à interioridade, do Decreto-Lei n.º 310/2001, de 10 de Dezembro, e da Portaria n.º 170/2002, de 28 de Fevereiro;

3.3 — Instrução e análise das candidaturas e pareceres das mesmas;

3.4 — Passagem de certidões de PS a entidades empregadoras.

4 — Nas chefes de equipa de Gestão de Remunerações 1 e Gestão de Remunerações 2, Maria Arlete Pendilhe Seixas Pimenta Correia e Maria Emília Dias Delgado Xavier, respectivamente, competências, ainda, para:

4.1 — Garantir o tratamento e a correcção das remunerações e dos demais dados constantes das declarações de remunerações enviadas incorrectamente pelas entidades empregadoras;

4.2 — Garantir a correcção na aplicação (tratamento de créditos) das declarações de remunerações do serviço doméstico;

4.3 — Pedidos de bonificação de tempo de serviço: eleitos locais, Portaria n.º 26/92, de 16 de Janeiro, e Portaria n.º 441/02, de 22 de Abril, bombeiros, Portaria n.º 621/89, de 5 de Agosto, e Portaria n.º 396/02, de 15 de Abril, e serviço militar, Decreto-Lei n.º 311/97, de 13 de Novembro;

4.4 — Garantir atempadamente o correcto registo das qualificações dos trabalhadores por conta de outrem;

4.5 — Apreciar as reclamações sobre remunerações em suporte de papel sempre que necessário;

4.6 — Registo de equivalências por acidente de trabalho com incapacidade total ou parcial, por serviço militar ou serviço cívico, por *lay-off* e bonificações de tempo de serviço;

4.7 — Assegurar, a quem de direito, o fornecimento de elementos ao histórico de salários, nomeadamente através de emissão de extractos e declarações relativas à carreira contributiva das pessoas singulares;

4.8 — Proceder à anulação e restituição de contribuições indevidas, nos termos do Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963;

4.9 — Promover as acções necessárias ao tratamento das situações de pré-reforma e similares.

5 — Na chefe de equipa de Trabalhadores Independentes, Maria Lisete Henriques Francisco Albuquerque Correia, competências, ainda, para:

5.1 — Deferir, indeferir e decidir sobre:

5.1.1 — Pedidos apresentados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de Fevereiro — seguro social voluntário;

5.1.2 — Incidência da taxa de contribuições sobre remunerações superiores convencionais fixadas por lei, nos casos em que as normas em vigor o permitam;